

OS TRINTA ANOS DA MURALHA

A MURALHA surge em Abril de 1981 por iniciativa de um reduzido número de pessoas com o objectivo de contribuir para o reconhecimento público dos valores patrimoniais existentes e para a necessidade de os preservar, valorizar e divulgar.

Subjacente a este interesse, três ideias-força: o Património, consubstanciando a memória colectiva é factor de identidade e de coesão social (*valor identitário*); quando valorizado, cria emprego e gera receitas (*valor económico*); se integrado na vida das populações, contribui para a melhoria da sua qualidade de vida (*valor social*).

Compreende-se, por isso, que a conservação e valorização do Património seja considerada uma tarefa fundamental do Estado e das Autarquias, a que os cidadãos não podem ser alheios. Nesse sentido, a legislação nacional e internacional criou o direito à fruição dos valores e bens culturais e instituiu o dever da sua protecção e valorização.

Mas de que património falamos? Inicialmente, o conceito abrangia apenas os “monumentos arquitectónicos”, os “monumentos pátrios”, de que falava Herculano. Depois, progressivamente, passou a integrar os “conjuntos urbanos ou rurais”, “lugares e paisagens”, “bens materiais e imateriais”. Simultaneamente, defendeu-se que a melhor maneira de preservar o património é “integrá-lo na vida dos cidadãos”. Nesse sentido, a “Declaração de Amesterdão” (Outubro de 1975) recomendava conjugar restauro com reutilização; reabilitar edifícios ou bairros sem modificar a composição social dos residentes; pensar a planificação urbana e a política de ordenamento do território tendo em conta a conservação do património; procurar que a qualidade da arquitectura actual possa vir a fazer parte do património de amanhã (renovação patrimonial).

Foi neste contexto que Fernando Távora traçou, em 1979, o Plano Geral de Urbanização de Guimarães, tendo subjacente o propósito de fazer da área urbana “um valor cultural”, princípio depois alargado, com Nuno Portas e Miguel Frazão (Plano Director Municipal), a todo o concelho. Por outro lado, havia a convicção de que numa política patrimonial ou no “pensar a cidade” era importante ter a participação dos cidadãos. Essa íntima ligação (autoridades/população) foi o lema da actividade do então criado Gabinete do Centro Histórico, mais tarde designado Gabinete Técnico Local, orientado por Alexandra Gesta. Foi neste contexto que foi criada a Associação Muralha – aliás, o próprio Estado chama a atenção para o papel relevante das Associações Locais na resolução dos problemas cívicos, em particular na esfera da cultura.

Ao longo de trinta anos, a MURALHA, tem exercido uma acção essencialmente pedagógica, alertando os responsáveis e o público em geral, para a razão de ser da defesa e valorização dos bens culturais, em especial os concelhios. Tem-no feito, alertando, na imprensa, rádio e televisão, para situações de património em risco ou desvalorização; promovendo ou participando em conferências e colóquios; fazendo o levantamento de pormenores de arquitectura da Cidade, da arqueologia industrial, dos fornos de olaria da Cruz de Pedra, de conjuntos rurais, e outros; adquirindo artigos vários, do comércio e indústria tradicionais, bem como um espólio fotográfico, gravuras antigas, etc.; realizando exposições (44) e visitas guiadas (90), acompanhadas de textos explicativos; editando publicações e produzindo vídeos...

A MURALHA está consciente da importância da sua actividade enquanto processo de sensibilização da comunidade para conhecer, proteger e amar a riqueza patrimonial existente e a criar. Apesar das dificuldades encontradas nesse caminhar, continua apostada em prosseguir a rota iniciada em 1891, sem desfalecimentos.

(Fernando Conceição – Jantar, 6 de Maio de 2011).